

REVERBERAÇÕES TERRITORIAIS: O VERANEIO E A LUTA PELA TERRITORIALIDADE POTIGUARA (ST13 – COLONIALIDADE DO SABER URBANO E REGIONAL)

Mariana Fialho Bonates

Universidade Federal da Paraíba | mariana.bonates@academico.ufpb.br

Angela Carine Elías de Souza

Universidade Federal da Paraíba | angelacarine.ac@gmail.com

Sessão Temática 13: colonialidade do saber urbano e regional

Resumo:

Este artigo aborda as implicações do veraneio na Terra Indígena Potiguar, em Baía da Traição (PB). O veraneio intensifica fluxos turísticos, ocupações de áreas litorâneas e pode gerar tensões/transformações sobre a territorialidade Potiguar, que atravessa processos de disputa, resistência e negociação diante de ameaças externas. Questionam-se os impactos para a comunidade nativa e seu território, considerando influências socioculturais e disputas pelo espaço. O objetivo central é compreender as reverberações do veraneio sobre a organização espacial, cultural e política territorial Potiguar, identificando zonas de conflito/sobreposição territorial. Usando narrativas locais, observação de campo e diagramas, busca-se descrever esses impactos e as estratégias de resistência da comunidade, valorizando sua luta pela autodeterminação. Essa abordagem descreve impactos externos e estratégias de resistência Potiguar, valorizando o saber local e as lutas pela autodeterminação territorial.

Palavras-chave: Território; Veraneio; Terra Indígena Potiguar.

TERRITORIAL REVERBERATIONS: THE SUMMER VACATION AND THE FIGHT FOR POTIGUARA TERRITORIALITY

Abstract: This article addresses the implications of seasonal tourism on the Potiguara Indigenous Land in Baía da Traição, Paraíba (PB). Seasonal tourism intensifies visitor flows and occupation of coastal areas, potentially generating tensions and transformations within Potiguara territoriality, which historically undergoes processes of dispute, resistance, and negotiation against external threats. The focus is on understanding the impacts on the native community and its territory, considering sociocultural influences and spatial disputes. The central objective is to examine the reverberations of seasonal tourism on the Potiguara's spatial, cultural, and political territorial organization, identifying zones of conflict and territorial overlap. Using local narratives, field observations, and interpretative diagrams, this study aims to capture these impacts and the community's resistance strategies, valuing their fight for self-determination. This approach highlights external impacts and Potiguara resistance strategies, emphasizing local knowledge and their struggle for territorial self-determination.

Keywords: Territory; summer vacation; Potiguara Indigenous Land.

REVERBERACIONES TERRITORIALES: EL VERANO Y LA LUCHA POR LA TERRITORIALIDAD POTIGUARA

Resumen: Este artículo aborda las implicaciones del turismo de temporada en la Tierra Indígena Potiguara en Baía da Traição, Paraíba (PB). El turismo de temporada intensifica el flujo de visitantes y la ocupación de áreas costeras, generando potencialmente tensiones y transformaciones dentro de la territorialidad Potiguara, que históricamente ha pasado por procesos de disputa, resistencia y negociación frente a amenazas externas. El enfoque está en comprender los impactos en la comunidad nativa y su territorio, considerando influencias socioculturales y disputas espaciales. El objetivo central es examinar las repercusiones del turismo de temporada en la organización territorial, cultural y política de los Potiguara, identificando zonas de conflicto y superposición territorial. Utilizando narrativas locales, observación de campo y diagramas interpretativos, este estudio busca capturar estos impactos y las estrategias de resistencia de la comunidad, valorando su lucha por la autodeterminación. Este enfoque destaca los impactos externos y las estrategias de resistencia Potiguara, enfatizando el conocimiento local y su lucha por la autodeterminación territorial.

Palabras clave: Territorio; vacaciones de verano; Tierra Indígena Potiguara.

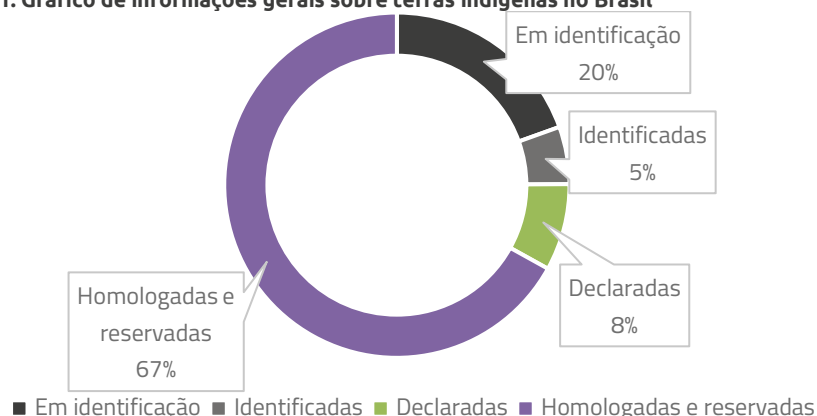
INTRODUÇÃO

Este artigo trata das práticas de veraneio em Terras Indígenas (TI), utilizando o estudo de caso Potiguara e o recorte municipal da Baía da Traição (Fig.2, pág. 7), onde o fenômeno é mais frequente. Indaga-se quais são os impactos gerados pelo veraneio, considerando a luta pela territorialidade potiguara. A pesquisa admite que, no campo dos estudos urbanos, há uma predominância de pesquisas focadas em centros urbanos, que se faz necessária para abordar as transformações e os desafios das cidades. Todavia, quando se trata da complexidade das realidades que se encontram fora desses centros e, particularmente, nos territórios indígenas, a literatura acadêmica deste campo disciplinar ainda é reduzida; e cuja proporção pode perpetuar a invisibilidade dessas áreas, motivo da adoção da temática.

Os espaços étnicos, tradicionais, rurais, naturais e marginalizados apresentam características que desafiam as narrativas urbanas convencionais, sendo habitados por comunidades que preservam práticas culturais e modos de vida distintos e essenciais para a diversidade socioambiental. O Decreto Nº 8.750, de 9 de maio de 2016, reconhece 29 Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil (BRASIL, 2016), uma diversidade e lacuna expressiva no campo dos estudos urbanos, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e pluralista, que valorize as contribuições dos espaços não urbanos e das comunidades que os habitam.

Em específico dos povos indígenas, estudos que abordam estes contextos revelam tensões relacionadas à territorialidade (LIMA, 2020), acesso a recursos e reconhecimento cultural (FAWCETT, 2021), destacando os desafios enfrentados por estas comunidades na proteção de seus direitos territoriais e na preservação de suas tradições e dinâmicas territoriais (ver figura 1). Neste sentido, autores indígenas como Cacique Babau (2022), Krenak (2022) e Kopenawa e Albet (2015) destacam esses conflitos na visão de suas comunidades e culturas.

Figura 1: Gráfico de informações gerais sobre terras indígenas no Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do ISA (2024).

Atualmente, existem 799 TIs em diferentes níveis de demarcação (ISA, 2024), que cobrem aproximadamente 13% do território brasileiro, conforme ilustra a figura 1, apenas 67% dessas terras estão homologadas. Esse processo é complexo, alvo de conflito para os povos originários e pode alcançar resultados drásticos, como alcançou na crise Yanomami. Pensar

nesses estudos de caso é pôr a prova os conceitos e teorias que têm sido aplicados no campo urbano.

Há de se considerar que a localização das territorialidades indígenas em zonas de preservação permanente e áreas rurais envolve desafios complexos, como a disputa territorial com extrativistas e mineradores (KOPENAWA; ALBERT, 2015), além dos impactos da industrialização, conforme observado por Dubos-Raoul (2023). Neste estudo de caso, as relações entre plantadores de cana-de-açúcar Potiguara e a indústria sucroenergética local suscitam preocupações significativas por parte da população e gestão, especialmente devido às práticas de queimadas e desmatamento associadas ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar.

[...] nós temos um desmatamento alto [...] para o plantio da monocultura da cana-de-açúcar, então desde que eu entrei [há 12 anos] que a gente tem esse desafio, e ele se intensifica a cada dia. Em 2017 houve brigas, esse foi o grande desafio, por que ela [a cana-de-açúcar] tem uma cultura. E, uma, que ela é danosa para o meio ambiente, mas ela se choca ao contexto necessidade social, a área oeste da nossa população indígena, ela era desprovida e esquecida do Estado brasileiro [...] e eles [povo Potiguara] foram por muito tempo escravos da monocultura da cana-de-açúcar, eles plantavam para os latifundiários, eles cortavam, eles eram empregados, eles eram escravos dessa monocultura, e aí em 2009 [...] foi banido o arrendamento, e eles começaram a ser donos dessa própria área de cana-de-açúcar, que ela tem um mercado garantido, que as usinas recebem, né? É como uma poupança forçada, você trabalha 6 meses no ano, 6 meses você vai só tratando, mas ela é danosa para o meio ambiente, aí esse é o desafio para fazer com que a nossa população use ou não o usufrutuário da área, que conserve o meio ambiente e ganhe o seu dinheiro [...] a população sente financeiramente [...] parte sobrevive dessa empresa da cana-de-açúcar. Já se tornou uma tradição! E, que no nosso ponto de vista de FUNAI, dá pra fazer isso, mas de forma não danosa [...] (Irenildo Cassiano, potiguara, chefe da coordenação técnica local de Baía da Traição da FUNAI, 2024).

Esses conflitos expõem estas comunidades a riscos ambientais e de saúde, comprometendo não apenas a integridade de seus territórios, mas também a sustentabilidade de seus modos de vida e a preservação dos ecossistemas que integram suas práticas culturais e subsistência. Mais que isso, de acordo com o relato de um dos membros da associação de plantadores de cana-de-açúcar da Baía da Traição, essas tensões destacam a necessidade de um monitoramento ambiental mais atencioso e de políticas públicas que contemplem a defesa destes territórios em regiões de crescente pressão industrial, não retirando o sustento dessas famílias, mas encontrando formas sustentáveis do cultivo.

Além dos desafios enfrentados em espaços rurais e naturais, o contexto urbano impõe aos povos nativos um cenário complexo e dinâmico na construção e preservação de suas identidades. Em pesquisa antropológica com indígenas dos povos Kalabaças, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá na cidade de Crateús (CE), Lima (2020) observou que ser indígena em um centro urbano exige um exercício contínuo de reafirmação cultural e identitária diante de narrativas que frequentemente invisibilizam ou marginalizam a diversidade étnica. Ou seja, o pertencimento indígena nas cidades transcende a mera

residência, englobando um esforço constante para suscitar e articular a identidade tradicional com as pressões culturais e sociais externas, além de ressignificar as práticas de percurso e uso do espaço urbano.

Vale salientar que a legislação ainda não abarca os complexos desafios advindos com a urbanização para essas comunidades. A Coletânea da Legislação Indigenista (SILVA, 2008) não apresenta regulamentações que assegurem direitos relacionados a ser indígena na cidade, em terras não homologadas e em contextos de articulação, como quilombos indígenas e aldeias multiétnicas. Essa presença nativa nas cidades revela uma dualidade de dificuldades e resistências, onde o espaço urbano se torna uma arena de luta e reconfiguração identitária. Mas, o que acontece nos casos em que as TIs não apenas apresentam zonas urbanas, como também rurais e áreas de preservação permanentes?

Em localidades como Baía da Traição, essa coexistência traz à tona uma tensão evidente entre a preservação cultural e as forças de urbanização e modernização que frequentemente divergem dos valores e práticas tradicionais, por outro lado, grandes áreas naturais e rurais se intercalam com a paisagem urbana, tendo seus desafios próprios. Aqui, a experiência urbana indígena configura-se como um território de transversalidades e sobreposições, no qual as fronteiras entre o urbano, o rural, o natural, o étnico e o tradicional são constantemente negociadas e transformadas.

No contexto da TI Potiguara, a complexidade da territorialidade é agravada por tensões que atravessam gerações, envolvendo dinâmicas internas e externas que se sobrepõem e interagem de modo ambíguo com o espaço. Isto é, este território sempre foi alvo de disputas, marcadas tanto pela resistência comunitária quanto por tentativas persistentes de invasão e exploração. Essas tensões refletem uma luta contínua pela preservação de sua integridade cultural e territorial, uma vez que novas pressões territoriais surgem e se reconfiguram ao longo do tempo.

Uma dessas tensões é o veraneio, um fenômeno que traz à tona percepções divergentes entre os próprios Potiguara, e que ao intensificar a ocupação temporária de terras por visitantes externos, incorpora uma ambiguidade particular: ao mesmo tempo em que oferece uma potencial fonte de renda e visibilidade cultural, também impõe riscos às dinâmicas do território. Notou-se em visita a campo que esse processo de ocupação sazonal é visto com reservas por alguns residentes, pois introduz práticas e fluxos que nem sempre respeitam as dinâmicas tradicionais e as práticas culturais da comunidade. A presença desses agentes externos provoca uma reconfiguração das relações de poder e uso do território, gerando uma sobreposição de dinâmicas que tanto fragilizam quanto forçam a adaptação das práticas Potiguara. Diante desse cenário, a questão central a ser explorada é: como os agentes sociais percebem e reagem à sobreposição das dinâmicas territoriais geradas por esse fenômeno abrupto?

Partindo deste questionamento, o artigo tem como objetivo investigar as reverberações do veraneio e suas dinâmicas sobre a organização social e territorial Potiguara, identificando

zonas de conflito e sobreposição nas territorialidades estabelecidas. Busca-se, com isso, compreender como estas reverberações podem influenciar tanto em aspectos positivos quanto negativos para a comunidade. Para isto, a metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem etnográfica, conforme discutido por Groat e Wang (2013), e na análise de conteúdo revisada por Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021). Essa abordagem permite uma imersão nas realidades locais e nas lógicas espaciais das comunidades investigadas, promovendo uma compreensão mais profunda do espaço e da cultura.

A inclusão dos agentes sociais na pesquisa é fundamental para compreender a diversidade cultural e as complexas interações sociais, ambientais e econômicas presentes na área. Assim, incorpora-se as experiências e saberes que emergem do contexto étnico a partir de oito entrevistas, com residentes, veranistas, empreendedores e gestões locais, promovendo uma compreensão mais abrangente e inclusiva do território. Por isso, a pesquisa utiliza as classificações de agentes sociais propostas por Vasconcelos (2011), que os define como aqueles que têm capacidade de influenciar e moldar o espaço urbano por meio de suas práticas, interesses e estratégias, interagindo em um contexto de relações de poder e estruturas sociais. O autor ainda propõe categorias, tais como: âmbitos privados e públicos, formais e informais, centrais e periféricos, ativos e passivos, com influência local, regional, nacional ou global.

Enfim, este trabalho está estruturado em três partes, de forma que a primeira dedica a compreensão da TI Potiguara, enquanto a segunda lança um olhar analítico sobre a prática do veraneio nesse recorte territorial, e a terceira debate os impactos do silenciamento no processo de expropriação e gentrificação.

A TERRA INDÍGENA POTIGUARA

O termo "Potiguara" significa "comedores de camarão" em tupi, uma forma de representar a relação do povo a sua terra e recursos hídricos, como através da pesca tradicional, mas que também evidencia um território rico em ecossistemas costeiros. Em específico da Baía da Traição, a paisagem local é marcada por rios e praias (figuras 2 e 3), que atravessam as aldeias e possuem importância histórica e socioeconômica para a agricultura e subsistência da região (BAÍA DA TRAIÇÃO, 2024).

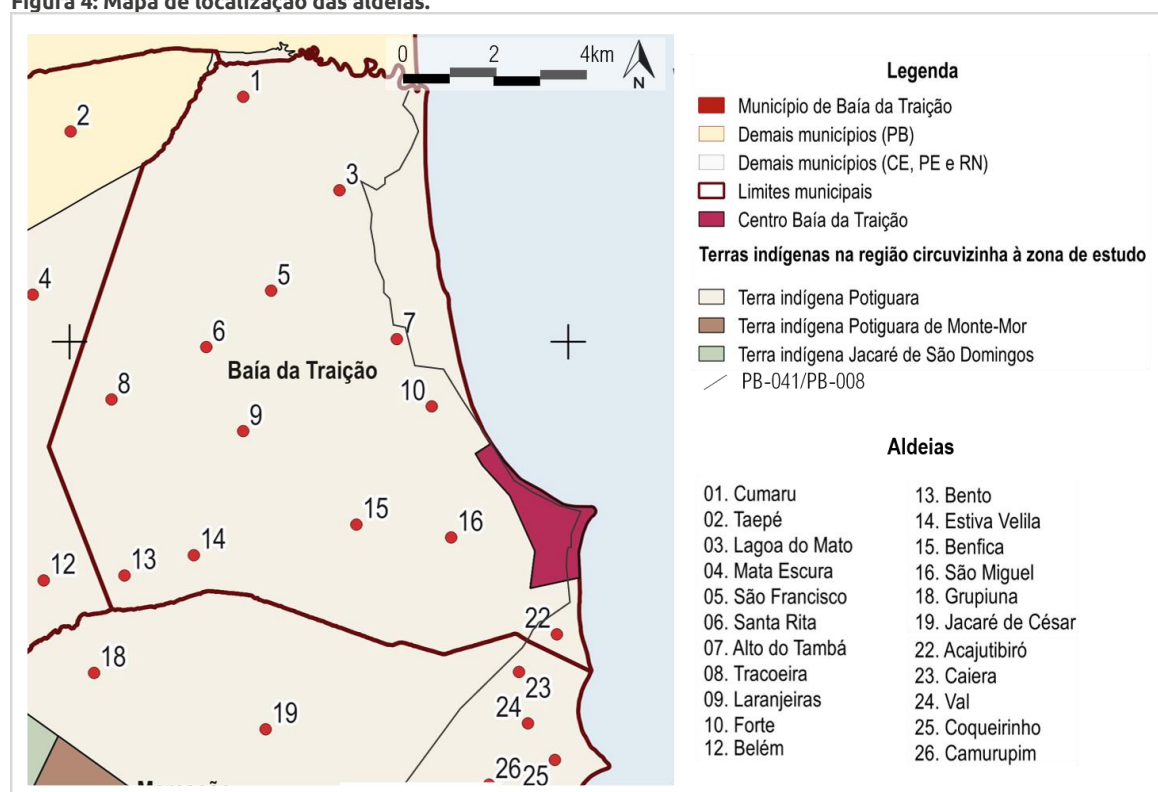
Figuras 2 e 3: A esquerda, rio da ponte na aldeia São Miguel; A direita, praia das trincheiras no centro.



Fonte: registro das autoras, 2024.

Esse território é composto por 33 aldeias, das quais 32 estão distribuídas em três Terras Indígenas homologadas: Potiguara, Potiguara de Monte-Mór e Jacaré de São Domingos, que ultrapassam os limites municipais de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, no estado da Paraíba. A distribuição das aldeias entre as TIs e suas respectivas extensões territoriais reflete o processo de reconquista e homologação das terras no período pós-colonial. A TI Potiguara concentra 25 das aldeias, sendo 13 delas no município de Baía da Traição (Figura 4). Essas aldeias abrigam marcos espaciais de relevância histórica, patrimonial e cultural; são referências da identidade potiguara e da luta pelo território, que se estende há séculos.

Figura 4: Mapa de localização das aldeias.



Fonte: Adaptado de Funai (2020) e IBGE (2022), por Abraão Nóbrega e pelas autoras, 2024.

Conforme ilustrado na imagem acima, o centro administrativo municipal é o único setor que não integra a Terra Indígena Potiguara, destacando a predominância das terras Potiguara sobre o município de Baía da Traição. Essa configuração faz com que o povo Potiguara seja considerado um ativo econômico relevante para a cidade, impulsionando o turismo e levantando a possibilidade de classificar o município como uma "cidade indígena", como o ex-secretário do turismo expressa:

A gente vê o turismo como a principal saída econômica do município. A gente tem a noção de que é a única válvula de escape para o desenvolvimento econômico do município. [...] Porque os principais comerciantes da cidade não são da cidade. São pessoas que vieram veranejar, que começaram a vir, enxergaram a oportunidade e estão aqui [...] então partindo dessa ciência, aí a gente diz quais são nossos diferenciais, quanto território turístico [...] é a riqueza hídrica que a gente tem debaixo do sol, é água, nós temos qualidades naturais e nós temos uma particularidade que nos torna diferente de praticamente toda a costa brasileira. Com exceção

do lado de Cabrália, que lá tem isso também, mas não é como aqui. Que é o povo Potiguara. É realmente uma cidade indígena (ex-secretário do turismo de Baía da Traição, residente, 2024).

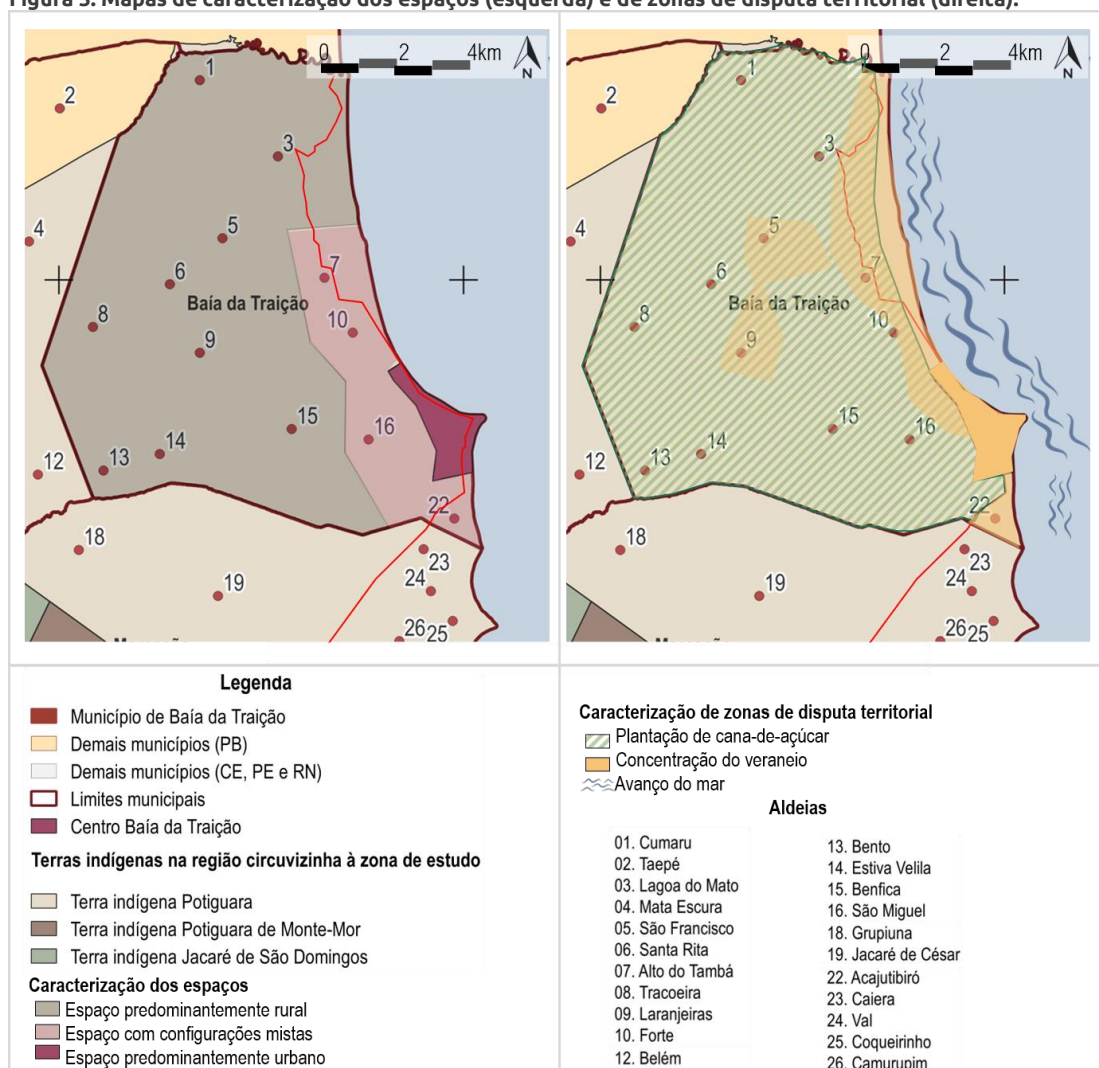
Para compreender como o turismo, em específico o veraneio, e o ser indígena se encontram, é preciso compreender a cultura em questão. A gestão do cacicado desempenha um papel central, funcionando como a liderança política e organizacional que coordena as decisões comunitárias e representa os interesses do povo Potiguara. São 33 caciques locais de cada aldeia, supervisionados por um cacique geral. Paralelamente, a pajelança envolve práticas espirituais e curandeiras conduzidas pelos pajés, que mantêm viva a conexão com o sagrado e com as tradições ancestrais, desempenhando um papel crucial na saúde espiritual e social da comunidade e de simpatizantes não indígenas que procuram se conectar a esta dimensão.

A pesca é uma prática essencial, como já mencionado, não apenas como meio de subsistência, mas como atividade cultural que reforça os laços comunitários e a relação com o ambiente natural. A produção artesanal, por sua vez, expressa a criatividade e a identidade Potiguara, refletida na confecção de artefatos que são valorizados tanto internamente quanto no contato com o exterior. Além disso, outras atividades tradicionais, como a agricultura de subsistência e a participação em rituais coletivos, contribuem para o fortalecimento da coesão social e para a preservação dos saberes e práticas transmitidos de geração em geração.

O povo Potiguara vive historicamente em um contexto intersocietário urbano, ou seja, este povo tem interagido continuamente com outras sociedades e agentes externos que influenciam suas práticas culturais, econômicas e políticas. Essa convivência complexa, que inclui tanto alianças quanto conflitos ao longo do tempo, moldou e continua moldando sua territorialidade e adaptações a novos contextos, posicionando-os em um cenário de constante negociação entre a preservação de sua identidade e a integração com o ambiente urbano circundante.

Isto faz do território Potiguara um lugar caracterizado por ciclos de territorialização rural e urbana (ver figura 3) e rupturas que, somadas ao senso comum estereotipado sobre o que significa ser indígena, pode atribuir o julgamento de descaracterização cultural a este povo, o que colocaria sua identidade em questão, como apontado por Lima (2020) em seu estudo de caso. Todavia, a cultura Potiguara é rica e multifacetada, sendo regida por uma série de elementos que estruturam tanto a vida cotidiana quanto a organização social da comunidade, por isso, demanda mais do que a dimensão imagética para que sua identidade seja posta à prova (PALITOT, 2005).

Figura 5: Mapas de caracterização dos espaços (esquerda) e de zonas de disputa territorial (direita).



Fonte: Adaptado de Funai (2020) e IBGE (2022), por Abraão Nóbrega e pelas autoras, 2024.

No contexto territorial, observa-se uma complexa interação entre integração e isolamento nas conexões entre as aldeias, resultando em dinâmicas próprias e singulares. O mapa à esquerda da Figura 5 ilustra a divisão em zonas, revelando uma diversidade de configurações: o centro administrativo, caracterizado por práticas urbanas predominantes; quatro aldeias inseridas em uma zona de configurações mistas; e as demais aldeias localizadas em áreas de características predominantemente rurais. Contudo, em todos esses espaços, práticas urbanas e rurais coexistem de maneira híbrida, evidenciando uma mescla das realidades locais.

O fenômeno do veraneio acentuou esse processo de urbanização, introduzindo uma divisão que se manifesta visualmente, socialmente e de modo programático e atitudinal. Na região norte e oeste (ver figura 5, mapa à direita), a produção de cana-de-açúcar se destaca como uma atividade econômica fundamental, especialmente em um contexto de vulnerabilidade financeira, gerando conflitos por terra e desmatamento. Em contrapartida, as áreas costeiras são marcadas por uma dinâmica de veraneio, que gera atividades econômicas mais

concentradas em espaços menores, resultando em receitas significativas, mas com a circulação de recursos limitada a um número reduzido de indivíduos.

Observa-se que os principais conflitos enfrentados pelo povo Potiguara são resultado da interseção de diversos fatores históricos, econômicos e sociais que permeiam o uso e a preservação de seus territórios. Em primeiro lugar, a relação com o poder público e a luta pelo reconhecimento e manutenção dos direitos territoriais, que frequentemente enfrenta entraves burocráticos e políticas públicas insuficientes. Outro fato são as questões ambientais, como assoreamento dos rios e o avanço do mar (Figura 6), que tem causado erosão em casas à margem das praias e nas falésias, sobre as quais estão patrimônios como os canhões do forte e a coordenação técnica local da FUNAI. Tendo sido decretado, em novembro de 2024, estado de calamidade pública na área costeira, devido à deterioração dos espaços públicos e privados (BENTO, 2024).

Figura 6: casas de veraneio em ruínas devido ao avanço do mar.



Fonte: registro das autoras, 2024.

A partir das entrevistas, nota-se que as disputas por terra e a demarcação de territórios tradicionais são fontes constantes de tensão, em específico das disputas por terras, segundo os potiguara entrevistados, estes são os conflitos mais frequentes, ocorrendo por embates entre famílias e sendo, geralmente, mediado pelo cacique local.

No entanto, um dos conflitos mais sutis e complexos para o povo Potiguara é o impacto do veraneio. Esse fenômeno, caracterizado pela chegada sazonal de turistas e a intensificação das atividades econômicas relacionadas, traz consigo uma série de implicações para as dinâmicas territoriais e culturais. O veraneio promove uma espécie de transformação temporária dos espaços indígenas, que se adaptam para receber os visitantes e gerar renda, mas também enfrentam o desafio de preservar suas tradições e o uso comunitário do território, como visto a seguir.

O VERANEIO

O fenômeno do veraneio, caracterizado por migrações sazonais para regiões litorâneas, é uma tendência crescente em sociedades urbanas, que leva à rápida ocupação de áreas até então preservadas ou isoladas (MMA/SQA; MP/SPU, 2002). Esse processo, típico da contemporaneidade, envolve a construção de segundas residências e a instalação de infraestruturas urbanas voltadas ao bem-estar.

Segundo os entrevistados, a dinâmica do veraneio na Baía da Traição compreende o período entre o mês de setembro e o final do carnaval. Durante esse período, as praias da região atraem turistas em busca de experiências que vão além do simples descanso à beira-mar. A diversidade de atividades e serviços disponíveis é vasta, abrangendo desde esportes aquáticos e atividades recreativas até uma variedade de opções de alimentação, incluindo pratos típicos e produtos artesanais potiguara. As celebrações culturais, como festivais e rituais, também se destacam, proporcionando aos visitantes uma imersão nas tradições potiguara, são exemplos o toré e o ritual da lua.

Este fenômeno tem moldado o território Potiguara por mais de seis décadas – desde a década de 1960, segundo documentos do SPI –, criando uma dinâmica complexa de pertencimento e isolamento para as comunidades indígenas. Embora o veraneio nas aldeias Potiguara não seja um fenômeno tão recente, sua expansão só se intensificou nos últimos anos, com destaque para o período pós-pandêmico, quando a pressão sobre as terras indígenas aumentou. A chegada dos veranistas – turistas de cidades vizinhas, de outros estados e até estrangeiros – tem provocado mudanças profundas na organização territorial e nas relações espaciais dessas aldeias.

Um dos casos em que essa chegada gerou fortes impactos, foi na aldeia Coqueirinho. Durante os anos 2000, segundo o jornal Folha de São Paulo, de 30 de janeiro de 2005, a entrada de veranistas na aldeia tinha se tornado uma preocupação para a FUNAI desde 1999. Até 2005, 51 casas de veraneio haviam sido construídas na região. Apesar do processo de desintrusão realizado pelo Ministério Público Federal e pela FUNAI, de acordo com um entrevistado, comerciante e plantador de cana potiguara, essa prática de invasão continua acontecendo, sendo facilitada por alguns indígenas devido ao fator econômico que beneficia aqueles que vivem em condições precárias de subsistência.

As mudanças no ambiente urbano e na dinâmica social durante os primeiros meses do veraneio são expressivas. Em contraste com a alta temporada, quando a movimentação é intensa e os comércios operam em plena capacidade, a baixa temporada revela um cenário quase nulo, com horários reduzidos de funcionamento e ruas desertas. Essa oscilação entre os períodos de movimento e quietude ressalta a dependência econômica municipal em relação ao turismo e as flutuações sazonais que ele traz. Mas a mudança mais abrupta ocorre durante o carnaval. Segundo o ex-secretário do turismo municipal, a cidade tem uma população estimada em cerca de 9 mil habitantes, que alcança 50 mil habitantes, de acordo com as observações da quinta-feira de carnaval até a quarta-feira de cinzas. E são essas as

mudanças que geram impactos multifacetados no território Potiguara, demandando atenção prévia da administração municipal para garantir estrutura e oferta de serviços durante o período.

Um dos principais benefícios deste fenômeno é a geração de renda (figura 7), com o aumento do turismo criando oportunidades econômicas para a venda de produtos artesanais, serviços de guias turísticos e experiências culturais. Isso não só gera receita, mas também valoriza as habilidades dos potiguara.

Figura 7: Comerciante ambulante e banhistas durante o veraneio.



Fonte: Registro das autoras (2024).

Além disso, o veraneio proporciona um espaço vital para a valorização cultural, destacando as tradições potiguara e fortalecendo a identidade étnica, criando orgulho e pertencimento na comunidade. Neste sentido, alguns pontos turísticos como o Toré Forte e o Terreirão (figuras 8 e 9) se destacam. O Toré Forte é um espaço turístico coletivo da comunidade, que dá espaço à artesãos e outros artistas, funcionando como um centro cultural e como espaço de memória. O Terreirão é um espaço espiritual, onde ocorrem as celebrações e reuniões potiguara, como, por exemplo, o dia dos povos indígenas, quando todas as aldeias se reúnem para uma celebração que dura o dia todo. Embora não tenha esta finalidade, o Terreirão se tornou ponto turístico, demandando algumas adaptações para ofertar serviços durante a alta temporada.

Figuras 8 e 9: a esquerda, Toré Forte na aldeia Forte; a direita, Terreirão na aldeia São Francisco.



Fonte: Registro das autoras (2024).

Outro aspecto positivo, segundo funcionários públicos e residentes entrevistados, é o apoio à infraestrutura local, já que a demanda turística frequentemente tem resultado em melhorias em estradas e serviços públicos municipais, beneficiando tanto turistas quanto a comunidade, promovendo condições de vida melhores e facilitando o acesso a bens e

serviços. Essa sinergia entre turismo e infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento municipal, mas o desafio é encontrar um meio sustentável que respeite as particularidades culturais e sociais da comunidade.

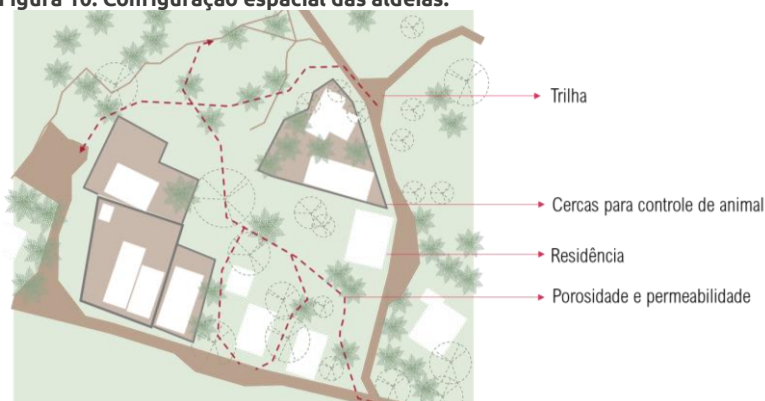
Apesar dos benefícios, o veraneio também apresenta impactos negativos, um dos principais desafios é a pressão sobre os recursos naturais, com o aumento do fluxo de visitantes resultando em poluição e uso intensivo de água e biodiversidade, ameaçando a sustentabilidade ambiental da região. Também, pela criação de quiosques a margem do rio que contribuem para o assoreamento. Os loteamentos, que vendem a ideia de casa de veraneio, também têm impacto, pois muitos da comunidade moram ou buscam residência/comércio no centro para ter uma melhor qualidade de vida e agora, de acordo com as entrevistas, já encontram dificuldade devido ao preço e a sazonalidade. Nesse sentido, essa especulação imobiliária pode suprimir as oportunidades potiguara.

Além disso, a influência externa pode levar a mudanças sociais significativas, como o aumento da criminalidade e outras práticas que desafiem a dimensão cultural, dificultando as dinâmicas territoriais e o modo de vida dentro das aldeias e do centro. Nota-se também que o veraneio pode intensificar conflitos de uso do solo, com a competição entre interesses turísticos e os direitos territoriais potiguara, gerando disputas que ameaçam a autonomia da comunidade sobre seu território.

Portanto, o veraneio impõe desafios importantes relacionados à urbanização e à preservação das tradições culturais e territoriais Potiguara. A experiência vivida durante a pandemia de 2020 ressaltou a resiliência e a capacidade organizativa deste povo, evidenciando sua habilidade de adaptar-se às adversidades e de criar soluções que protejam sua comunidade e cultura. Além disso, a interação com os turistas promove um rico intercâmbio cultural, permitindo que tradições sejam recontextualizadas e valorizadas. Iniciativas voltadas para o turismo sustentável, como o Fórum Regional de Turismo Sustentável Trilha dos Potiguara, são essenciais para garantir que o desenvolvimento econômico ocorra em harmonia com os direitos territoriais e a autonomia da comunidade.

As relações sociais e territoriais se tornam ainda mais dinâmicas com o veraneio, estabelecendo cenários de encontro que refletem uma mistura de interdependência e tensão. As aldeias, tradicionalmente, têm seu espaço estruturado pela integração entre natureza e coletividade, onde as ocupações e usos são espalhados e predominantemente rurais. A estrutura espacial, legalmente, não apresenta divisão de quadras ou lotes, isto é, as ocupações e o trajeto geram trilhas, formando o traçado (figura 10). Nessa lógica, as massas representativas são multifuncionais, onde são realizados ritos indígenas, atividades de contemplação e serve de alimento.

Figura 10: Configuração espacial das aldeias.



Fonte: Registro das autoras (2024).

Por outro lado, o centro apresenta uma estruturação mais adensada e privatizada (figura 11), com estabelecimento de lotes, quadras e vias. A natureza, apesar de contemplada, fica mais desvinculada dessa lógica. Contudo, a porosidade e a ausência de quadras ainda são observadas em alguns pontos, como nas regiões mais periféricas, onde há o contato de passagem com as aldeias, e na região imediata da praia, onde há a predominância das casas de veraneio.

Figura 11: Configuração espacial do centro.



Fonte: Registro das autoras (2024).

Fato é que durante o veraneio o aumento de pessoas gera fluxos e usos mais intensos. Neste sentido, os potiguara se reorganizam, alguns realizando migrações temporárias para as aldeias, em busca de tranquilidade, outros migrando para o centro com a finalidade de comercializar e participar das programações festivas do veraneio. Espaços como as praias, feiras e festas tradicionais se transformam em pontos de intercâmbio, onde visitantes e indígenas interagem, negociam e compartilham experiências. Esses encontros, além de propiciarem oportunidades econômicas, desafiam e ressignificam a noção de territorialidade Potiguara, criando uma convivência temporária entre diferentes culturas e modos de vida.

Contudo, esse fluxo sazonal intensifica também as disputas por uso do solo e os desafios na preservação dos costumes e do modo de vida indígena, exigindo uma gestão cuidadosa do território. Necessita-se de analisar os múltiplos aspectos dessas interações, explorando como esses cenários de encontro configuram e transformam as relações entre a comunidade

Potiguara e os visitantes que chegam com o veraneio (figura 12). Afinal, quem são os agentes que estão mediando as dinâmicas dos potiguara e do veraneio?

Figura 12: Diagrama de relações do veraneio na TI Potiguara.



Fonte: Produzido pelas autoras, 2024.

CENÁRIOS DE ENCONTRO

Com um território tão diverso, englobando lógicas rurais e urbanas às áreas naturais, interseccionadas em território étnico e com a influência externa de outros padrões de gestão e agentes sociais diversos, não é de causar espanto que o encontro entre a rede de agentes estabelecida no local com os veranistas componha um cenário variado e complexo (ver figura 5).

Figura 13: Diagrama de relações do veraneio na TI Potiguara.



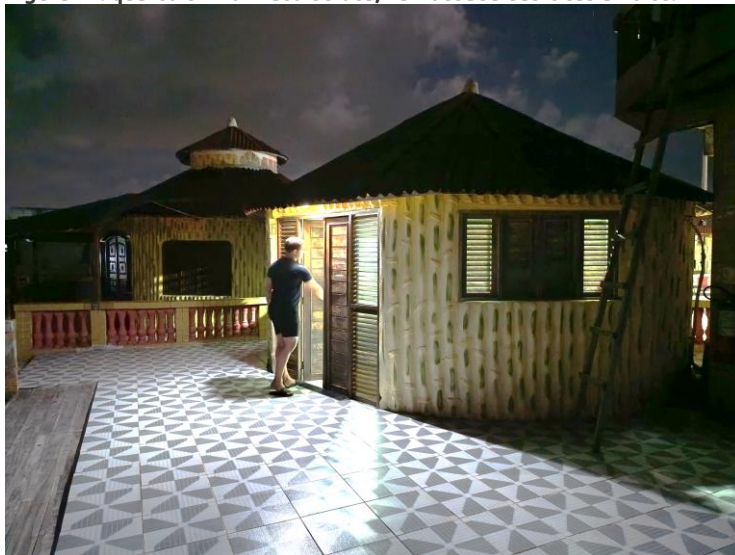
Fonte: Produzido pelas autoras, 2024.

Os encontros entre agentes sociais na Terra Indígena Potiguara ocorrem em cenários complexos e dinâmicos, como vias públicas, praças, espaços de evento, praias, rios e outros pontos turísticos, onde interesses variados se entrelaçam de forma tanto cooperativa quanto

conflituosa. Esses cenários revelam encontros sutis e, muitas vezes, tensos, entre os agentes internos, como a própria comunidade Potiguara e suas lideranças, e os agentes externos, representados pelos veranistas, investidores, e autoridades governamentais.

Um desses cenários é a faixa litorânea, onde os veranistas se reúnem e interagem diretamente com o território indígena. Esse espaço à beira-mar é ao mesmo tempo um lugar de lazer e de significação espiritual e cultural para os Potiguara, gerando encontros entre os turistas e a comunidade que ali vive. Nesses momentos, agentes da comunidade Potiguara, como artesãos e guias, encontram formas de engajar os visitantes em experiências culturais autênticas, oferecendo produtos artesanais ou narrativas sobre a história e a cosmologia indígena. Os empreendimentos também trazem referências indígenas para gerar experiências imersivas (figura 14). Contudo, os interesses dos veranistas, focados no lazer e na ocupação temporária, nem sempre estão em harmonia com os valores e práticas locais, o que pode gerar desconforto e tensão.

Figura 14: quarto em formato de oca, na Pousada das Ocas à noite.



Fonte: Registro das autoras, 2024.

Outros encontros se dão nas feiras e mercados locais, onde agentes econômicos de ambos os grupos – indígenas e não indígenas – compartilham espaços de troca comercial. Ali, comerciantes Potiguara interagem com veranistas e comerciantes urbanos, criando um ambiente onde práticas de consumo e produtos da cultura indígena se tornam moeda de troca. Esse cenário é ao mesmo tempo de oportunidade e de conflito: enquanto é um espaço que gera renda para a comunidade, também pode implicar em conflito pela apropriação simbólica de elementos culturais por comerciantes externos, como o uso de grafismos e artesanato.

A presença das autoridades municipais e estaduais, agentes formais que, durante o período de veraneio, intensificam suas ações para manter o controle e a organização do espaço, também cria um terceiro tipo de encontro. Em ocasiões formais ou eventos de regulamentação, a liderança indígena e representantes da comunidade tentam mediar e

reivindicar direitos frente às demandas externas. Esses encontros, em que os caciques outras lideranças podem interceder, refletem a busca por um equilíbrio entre a autonomia territorial e a crescente pressão da atividade turística.

Assim, os encontros entre agentes sociais durante o veraneio revelam um cenário de negociação constante, onde cada grupo procura reafirmar seus interesses e seu papel dentro do território. A sobreposição de usos e significados do espaço reforça os laços de solidariedade comunitária entre os Potiguara, ao mesmo tempo que desafia sua capacidade de preservar práticas culturais em um cenário de intensificação econômica e cultural.

Em todos os cenários, os potiguara se articulam e protagonizam espaços de intermediação ainda que, como agente social, sua posição varie entre dominante e dominado. No centro, devido à presença massiva de agentes externos, pode se dizer que este é um grande plano, sobre os quais os conflitos e as territorialidades se sobrepõem, às vezes de forma moderada, outras de forma intensa, concentrando zonas sobretudo em espaços de eventos (figura 15).

Figura 14: mapa de zonas de sobreposição de conflitos e territorialidades.



Fonte: Registro das autoras, 2024.

O veraneio impacta a organização espacial, cultural e política ao promover oportunidades e gerar desafios. Fortalece a identidade cultural ao valorizar tradições como nos espaços Toré

Forte e Terreirão, mas transforma espaços espirituais em pontos turísticos. Espacialmente, sobrepõe usos na faixa litorânea e no centro urbano, onde interesses turísticos conflitam com práticas indígenas, pressionando recursos naturais e estimulando a especulação imobiliária. Politicamente, os Potiguara mediam conflitos, equilibrando preservação da autonomia e sobrevivência com convivência externa, adotando estratégias para mitigar pressões econômicas e culturais sem comprometer seus direitos e valores.

EXPROPRIAÇÃO VELADA E OS EFEITOS COLATERAIS

Ao longo do século passado, o veraneio na região Potiguara se consolidou de maneira discreta, sem a devida visibilidade, ao mesmo tempo em que diversas disputas territoriais e invasões de terras marcaram a trajetória do povo indígena. A luta pela demarcação de suas terras e o reconhecimento de seus direitos foi contínua, agravada pela venda ilegal de terras indígenas, facilitada pela administração do posto indígena local da época. Esses desafios evidenciaram a vulnerabilidade do território e a persistência de conflitos, como no caso de Coqueirinho. Embora essa questão específica tenha sido resolvida, o episódio reflete como conflitos maiores, que demandam tempo para serem solucionados, frequentemente ofuscam outras ameaças emergentes.

Atualmente, o veraneio, antes visto como fonte de tensão, é encarado como uma oportunidade para a comunidade. A conscientização da população em torno dos direitos indígenas tem colaborado para que essa prática não seja mais percebida como um risco imediato. No entanto, novas preocupações têm surgido, como a expansão dos canaviais de cana-de-açúcar, o desmatamento e incêndios criminosos.

Outro ponto de crescente preocupação é o avanço do mar, que tem causado a destruição de casas de veraneio e ameaçado a estabilidade da ocupação costeira na cidade e em toda a costa brasileira. No entanto, em meio a essas questões, através das entrevistas, nota-se que alguns problemas vêm ganhando forma de maneira silenciosa e ainda pouco discutida, como a venda de terras indígenas e a expropriação indígena no centro do município.

Sobre a venda de terrenos, Lucas, comerciante e plantador de cana, explica:

Hoje, alguns adquirem os terrenos, vende-se aos brancos e depois toma-se de volta, como acontece em Coqueirinho. [...] hoje voltou a prática de vender terras para brancos novamente [...] Quando você mora com o indígena, não tem problema, você entra no cadastro da FUNAI. Queira ou não, terra indígena é terra federal, então ela não tem valor comercial [...] Nos registros da FUNAI, nunca se vê a venda de terra; o que se vê é a venda dos pés de coqueiro, de cajueiro, de mangueira, mas o terreno não é vendido [...] No papel, diz-se apenas que se vendem os pés dos frutos, entendeu? Mas, na verdade, vende-se o terreno. [...] Por isso, quando um branco compra uma terra indígena, a visão dele não é vender, pois ela não tem valor comercial. Ele compra pela tranquilidade de morar na aldeia, sem pagar água, estando mais próximo da natureza e, muitas vezes, sem pagar energia. São fatores que, queira ou não, influenciam. Quem não quer ter uma vida assim? (Lucas, Potiguara, Comerciante, 26 anos, 2024).

O relato obtido mostra um processo de invasão que representa múltiplos riscos, como a influência do arrendamento e da venda de terras externa a TI e a entrada de não indígenas nas aldeias. No centro, os relatos dos entrevistados ressaltaram o aumento do custo de vida, impulsionado pelo turismo. Isto tem dificultado o pagamento de aluguéis comerciais e residenciais. Lotes, que antes eram acessíveis, agora acompanham a valorização imobiliária, mudando drasticamente as dinâmicas sazonais, como constatado na fala de Tawã, ilustrada a seguir. Se não houver um planejamento urbano adequado para mitigar esses efeitos, esse processo de expropriação pode se intensificar nas próximas décadas.

[...] a especulação imobiliária na nossa região é alta, porque está atribuído justamente ao olhar dessas pessoas que adquirem imóveis, porque quem adquire imóvel para investimento, para veraneio, para algo do tipo, ou para até residir quando tiver oportunidade, ele faz isso com um olhar futurista, não é assim? Então a nossa região ela vem em crescimento, por quê? Porque nós estamos localizados aqui, digamos, a aproximadamente 60 minutos da capital da Paraíba, e a nossa região está a 20 minutos de uma BR, então a perspectiva de crescimento é muito alta, a nossa região só tende a crescer, ela não vai regredir. Então o fato de ter essa questão indígena mesclada a questão não indígena aqui na nossa região é um fator positivo. Não é positivo para os nativos que veem essa especulação de forma pecuniosa, digamos assim, a partir do momento que o metro quadrado tem o valor elevado. Porque veranistas estão adquirindo ele, deixa de dar oportunidade a um nativo que não tem tanta condição de ter o seu ambiente, então, para os nativos não pode ser visto com bons olhos, mas para os investidores sim, porque a perspectiva de crescimento é muito grande, [...] Então investir aqui é o mesmo que investir no ambiente que futuramente vai dar um retorno porque [...] querendo ou não a população indígena tem uma organização própria existem as suas exceções mas no todo existe aquele controle para que não vire esse tumulto então toda essa especulação imobiliária ela surge justamente dessa ideia de que o investimento vai ter um retorno. É o desenvolvimento da cidade, com ruas calçadas, é o acesso à educação, é o acesso à saúde. Tudo isso atrai investimento, né? (Tawã Texeira, Potiguara, Procurador de Justiça, 29 anos, 2024).

Da fala de Tawã, depreende-se uma reflexão crítica sobre a especulação imobiliária e seu impacto na TI Potiguara. É reconhecido que o crescimento da região também é impulsionado pela localização estratégica, que desperta o interesse de investidores, especialmente aqueles que comprem imóveis com uma visão de futuro. A expectativa de valorização do território atrai pessoas externas, especialmente veranistas e investidores, que enxergam uma oportunidade de lucro a longo prazo. O fato de o centro municipal ser delimitado pela TI Potiguara acelera a disputa por investimento na região, visto que assim que esgotarem os lotes, os veranistas terão que investir nos serviços hoteleiros, aluguéis e contratos por temporada.

Contudo, essa especulação imobiliária é vista de forma ambígua. Para os investidores, o crescimento da região, associado à melhoria de infraestrutura que vem acontecendo recentemente no município representa um cenário promissor. Porém, para os nativos Potiguara, essa dinâmica não é tão favorável, ainda que não seja do conhecimento ou opinião de todos. O aumento no valor do metro quadrado e a presença crescente de veranistas

dificultam o acesso dos próprios indígenas à terra, uma vez que muitos não possuem condições financeiras para competir com esses compradores externos.

Tawã também ressalta a organização social dos Potiguara, que, em grande parte, mantém um controle sobre o uso e ocupação de suas terras, prevenindo um desordenamento total, embora existam exceções. A fala expõe, portanto, o dilema entre o desenvolvimento econômico promovido pela especulação imobiliária e a preservação dos direitos e da integridade territorial indígena. Para os investidores, a região é uma aposta de crescimento; para os nativos, trata-se de um processo que agrava a expropriação e os desafios socioeconômicos.

CONSIDERAÇÕES

A análise das dinâmicas territoriais geradas pelo fenômeno do veraneio revela uma complexa interação de percepções e reações por parte dos agentes sociais envolvidos. Por um lado, agentes econômicos e políticos, como empreendedores e órgãos municipais, frequentemente identificam no veraneio uma oportunidade estratégica para alavancar o desenvolvimento local, atraindo investimentos e consolidando o turismo como motor econômico regional. No entanto, suas ações muitas vezes carecem de uma abordagem inclusiva, ignorando os impactos culturais e sociais sobre as comunidades indígenas locais.

Por outro lado, a comunidade Potiguara vivencia o veraneio de maneira ambivalente, reconhecendo-o como um processo de dupla face. Embora possa gerar renda e valorizar aspectos de sua cultura, o veraneio também ameaça a coesão de práticas tradicionais e o controle comunitário sobre seus territórios. Frente a isso, os Potiguara adotam estratégias de resistência e adaptação, que incluem a reafirmação de suas práticas culturais, o fortalecimento de alianças políticas para garantir direitos territoriais e a mobilização de sua identidade coletiva como ferramenta de enfrentamento às pressões externas.

Além disso, agentes sociais intermediários, como associações comunitárias e instituições de apoio ao povo indígena, desempenham papel crucial na mediação das dinâmicas impostas pelo veraneio. Essas entidades promovem debates e iniciativas que buscam equilibrar demandas econômicas e preservação cultural, evidenciando a importância de um diálogo inclusivo e participativo, ainda assim, a perspectiva capitalista e privatizada vem causando algumas situações preocupantes, como o arrendamento e a venda de terras indígenas.

As interações entre esses diferentes agentes sociais geram um campo multifacetado, onde as reações variam entre cooperação, resistência e busca por autonomia, evidenciando a resiliência e a capacidade de adaptação dos Potiguara diante de desafios contemporâneos. Essa sobreposição de dinâmicas, ao mesmo tempo que tensiona a territorialidade indígena, também ressignifica práticas culturais e modos de organização, reforçando o papel ativo da comunidade na construção de sua trajetória histórica.

Diante desse cenário, a questão central – como os agentes sociais percebem e reagem à sobreposição das dinâmicas territoriais geradas por esse fenômeno abrupto – encontra resposta na complexidade das interações e respostas locais. A percepção dos agentes varia desde a exploração das oportunidades econômicas até a resistência frente às pressões exógenas.

É essencial que futuros estudos investiguem como esses contextos específicos lidam com as tensões geradas pela sobreposição de interesses externos e práticas locais, analisando os mecanismos de resistência, adaptação e ressignificação adotados por essas comunidades. Ao mesmo tempo, é fundamental promover debates sobre políticas públicas que articulem desenvolvimento econômico com justiça territorial, garantindo que o protagonismo comunitário seja reconhecido como eixo central na formulação de estratégias para o planejamento e a gestão territorial.

Assim, este artigo conclui que fenômenos como o veraneio não apenas tensionam as territorialidades indígenas, mas também revelam as contradições de um modelo de desenvolvimento que frequentemente negligencia a diversidade cultural e as demandas de populações vulnerabilizadas. A adoção de perspectivas decoloniais contribuiu para que o conhecimento produzido não apenas critique estruturas desiguais, mas também ofereça subsídios concretos para repensar práticas e relações no território.

REFERÊNCIAS

BABAU, Cacique. **É A TERRA QUE NOS ORGANIZA**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022. 176p.

BAÍA DA TRAIÇÃO. **GEOGRAFIA**. n.p. s.d. Disponível em:
<<https://www.baiadatraicao.pb.gov.br/a-cidade/geografia>>. Acesso em: 05/11/2024.

BENTO, Gabriela. Baía da Traição (PB) decreta estado de calamidade por erosão e avanço do mar. s.l., n.p., 2024. Disponível em: < [BRASIL. **DECRETO Nº 8.750, DE 9 DE MAIO DE 2016**. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2016. Disponível em: < \[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm\]\(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm\)>. Acesso em: 22 out. 2024.](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/baia-da-traicao-pb-decreta-estado-de-calamidade-por-erosao-e-avanco-do-mar/#:~:text=WW-,Ba%C3%ADa%20da%20Trai%C3%A7%C3%A3o%20(PB)%20decreta%20estado%20de%20calamidade%20por,eros%C3%A3o%20e%20avan%C3%A7o%20do%20mar&text=O%20munic%C3%ADpio%20de%20Ba%C3%ADa%20da,em%20outras%20%C3%A1reas%20da%20regi%C3%A3o.> . Acesso em: 20/11/2024.</p></div><div data-bbox=)

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, MG, v. 20, n. 43, fev. 2021. Disponível em: < <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>>. Acesso em: 29 out. 2024.

DUBOS-RAOUL, Marine. A expansão do setor sucroenergético em território indígena no sul de Mato Grosso do Sul-Brasil. **CONFINES REVISTA FRANCO-BRASILEIRA DE GEOGRAFIA**, n.p., 2023. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/50955>>. Acesso em 22 out. 2024.

FAWCETT, Robert Benjamin. **THE LIMINALITY OF INDIGENOUS URBANISM IN SASKATCHEWAN**. Dissertação - Department of Geography and Planning. Saskatoon: University of Saskatchewan, 2021. Disponível em: <<https://harvest.usask.ca/bitstream/handle/10388/13663/FAWCETT-DISSERTATION-2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GROAT, L. N.; WANG, D. **Architectural research methods**. 2. ed. New York, USA: Wiley, 2013.

ISA. **Informações gerais sobre Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>> . Acesso em: 29 out. 2024.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em: < https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2017/08/davi_kopenawa_-_bruce_albert_-_a_queda_do_c_u.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

KRENAK, Ailton. **FUTURO ANCESTRAL**. ed.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 128p. Disponível em: < <https://livrogratuitosja.com/futuro-ancestral-ailton-krenak-pdf-gratuito/>>. Acesso em: 24 out. 2023.

LIMA Carmen Lúcia Silva. **Indígenas na cidade: os Kalabaças, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús**. Recife: Ed. UFPE, 2020. 368 p.

MMA/SQA; MP/SPU. **PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA, MP/SPU, 2002. 78P. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spu/publicacoes/081021_pub_projorla_fundamentos.pdf>. Acesso em 29 out. 2024.

PALITOT, Estevão Martins. A TERRITORIALIDADE DOS POTIGUARA DE MONTE-MÓR: REGIMES DE MEMÓRIA, COSMOLOGIA E TRADIÇÕES DE CONHECIMENTO. **Revista Mundaú**. n.8, p. 115-138, 2020.

PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: História, Etnicidade e Cultura.** Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2005. 163p.

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira.** – Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008. 818p.

VASCONCELOS, P. A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.